



REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Zé Trovão)

Requer a convocação dos novos nomeados a Superintendentes do INCRA, após invasões do MST, na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos na CPI do MST.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) c/c § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, que sejam convocados, na condição de testemunhas, para prestar esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a nomeação após invasões do MST:

- Sr. Francisco Erivando Santos de Sousa;
- Sr. Elias D'Angelo Borges;
- Sr. Paulo Roberto da Silva;
- Edvânio Santos de Oliveira;
- Sr. Nilton Bezerra Guedes;
- Sra. Maria Lúcia de Pontes; e





- Sr. Nelson José Grasselli

JUSTIFICATIVA

No âmbito das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (CPI do MST), é de fundamental importância averiguar as razões pelas quais o Governo Federal cedeu à pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nomeou sete novos superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), oficializadas pelo diretor do órgão, Cesar Aldrighi, da última 6ª feira (14.abr.2023) a 3ª feira (18.abr.2023) no Diário Oficial da União dos nomes indicados, ao menos Nelson José Grasselli, Paulo Roberto da Silva, Maria Lúcia de Pontes, Cláudia Pereira Farinha, Dirceu Luiz Dresch e de Lucenilson Angelo de Oliveira têm apoio ou integração com o MST.

Na última semana, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveu invasões em 3 sedes regionais do Incra e em fazendas produtivas para pedir a substituição de superintendentes. As ocupações foram realizadas nas sedes do Rio Grande do Sul, no Ceará e em Minas Gerais. Em Fortaleza, 800 ocuparam a sede do instituto. Em Belo Horizonte, foram 400 pessoas e, em Porto Alegre, cerca de 100 pessoas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural, sempre com supedâneo na Lei, no ordenamento jurídico brasileiro e não ao seu arripio.

Dessa forma, os indicados aos cargos poderão ter parcialidade na execução das políticas públicas relacionadas à reforma agrária. Isto porque os convocados possuem ligação com o movimento que cometeu atos de ilegalidade – tais como invasões a prédios públicos e outras propriedades – com o fito de induzir o Governo Federal a fazer as indicações supra mencionadas.

Considerando a relevância e a necessidade de esclarecer os fatos relacionados ao financiamento de movimentos sociais, sobretudo por tratarem-se os cargos em questão de altas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Zé Trovão - PL/SC

posições na gestão pública federal, esta CPI entende que a convocação dos nomeados, na qualidade de testemunhas, se faz necessária para o esclarecimento dos fatos mencionados e a obtenção de informações fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos investigativos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pelos motivos elencados, torna-se fundamental o comparecimento de todos para que possa depor nesta CPI, como testemunha, esclarecendo estes e fatos noticiados.

Sala das Sessões, em de de 2023.

DEPUTADO ZÉ TROVÃO

PL/SC

Apresentação: 25/08/2023 18:40:20.653 - CPIMS

REQ n.363/2023

